

RECURSO DE REVISTA - CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR - REGIME 5X1 - PREVISÃO EM NORMA COLETIVA - DISSIDÊNCIA DE APENAS DOIS SINDICATOS REPRESENTATIVOS DA CATEGORIA PROFISSIONAL - BURLA À REPRESENTATIVIDADE SINDICAL PREVISTA NO ART. 8º, III, DA CARTA MAGNA - CONTEÚDO DO INSTRUMENTO COLETIVO - AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE QUALQUER VANTAGEM EM CONTRAPARTIDA À RESTRIÇÃO IMPOSTA AOS EMPREGADOS - DESCONSIDERAÇÃO DOS COSTUMES INERENTES AO MEIO RURAL - INVALIDADE. Trata-se de recurso de revista em que se discute a validade de regime de trabalho 5x1, instituído por norma coletiva. Sabe-se que o permissivo do art. 7º, XXVI, da Carta Magna destina-se a melhorar as condições mínimas de trabalho elencadas nos demais incisos do referido dispositivo constitucional (o que se extrai do seu caput e da teoria da adequação setorial negociada). Em face disso, não se admite a conclusão de ajuste coletivo que contenha cláusulas de exclusivo interesse do empregador, pois, ainda que se prestem a adaptar as condições de trabalho às peculiaridades regionais de nosso País, as normas coletivas não podem, tão somente, suprimir direitos constitucionalmente garantidos aos empregados (ao fundamento de que tal se dá para melhorar a capacidade produtiva do empregador). Do contrário, estar-se-ia interpretando uma garantia constitucional em detrimento daqueles a quem ela deve proteger. **Na hipótese dos autos, a cláusula que estabelece o regime de trabalho 5x1 para os cortadores de cana-de-açúcar, além de não ter contado com a adesão de 42 dos 44 sindicatos presente à assembleia (sem que houvesse qualquer justificativa para a dissidência, o que denota o desprezo das entidades sindicais que firmaram a norma coletiva à sua relevante missão constitucional), não contém (premissa admitida pelos reclamados, portanto, incontroversa) qualquer vantagem aos integrantes da categoria profissional. Ao contrário, além de suprimir a preferência assegurada pelo inciso XV do art. 7º da Carta Magna, reduziu o tempo de descanso contínuo dos trabalhadores ao final da semana (em virtude do trabalho nas tardes de sábado) e desconsiderou os costumes do meio rural, no sentido de permitir as práticas sociais e religiosas inerentes às comunidades do interior, que, notoriamente, ocorrem aos domingos (dia que, pelo instrumento coletivo em exame, somente após a sexta semana de trabalho será consagrado ao descanso). Diante da burla à vontade da maioria sindical e do manifesto prejuízo acarretado aos trabalhadores, não se pode conferir validade ao instrumento coletivo que, nessas condições, prevê o regime 5x1, pois manifestamente contrário ao sistema de proteção elaborado pelo poder constituinte originário em prol de todo aquele que disponibiliza trabalho em proveito alheio.**

Recurso de revista conhecido e provido.

AGRAVO EM EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. REGIME DE TRABALHO 5X1. AJUSTE COLETIVO. INVALIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL QUE NÃO ABRANGE TODOS OS FUNDAMENTOS. SÚMULA 23/TST. A e. Turma considerou inválido o ajuste coletivo que estabelecia regime de trabalho para os cortadores de cana-de-açúcar não somente pelo fato de que o descanso semanal remunerado não era concedido aos domingos, mas também porque houve adesão de apenas dois dos quarenta e quatro Sindicatos presentes à assembleia (concluindo com isso que houve burla à representatividade sindical prevista no artigo 8º, III, da Constituição Federal), além de que não ficara estabelecida nenhuma cláusula conferindo vantagem aos trabalhadores, mas apenas às empresas. E o paradigma tido como divergente não aborda essas questões referentes à adesão dos Sindicatos e à falta de cláusula conferindo vantagens aos trabalhadores, não ensejando o conhecimento do apelo, nos termos da Súmula 23/TST. **Recurso de agravo a que se nega provimento.**